



Alencar Monteiro - 10/11/87
Daso Coimbra



Alencar Monteiro - 4/6/87
José Genoíno



Albano Franco 4/2/87

Assim se manipulam os votos na Constituinte

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

As votações na Constituinte são passíveis de erros, manipulações e pressões. Além dos erros, que podem ocorrer por pura ignorância da matéria que está sendo votada ou por desconhecimento do sistema legislativo, por si só complicado para muitos deputados, a manipulação de votos é uma constante por parte de parlamentares mais experientes ou líderes de grupos que influenciam companheiros menos atentos. Também não se pode esquecer as pressões populares, que muitas vezes levam deputados a definirem seu voto no instante exato em que devem manifestá-lo.

Independentemente de irem ou não à caça de votos, os deputados que exercem liderança, mesmo que informal, influenciam grande número de votos apenas por sua presença em plenário. São procurados pelos demais, são observados e acabam recebendo a pergunta: "Como eu voto?" Isso demonstra que o poder delegado pelas urnas a alguns deputados é transferido a um colega de sua confiança, que só mais tarde é procurado para explicar o que estava sendo votado e o que representava aquele voto.

Na opinião do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), um dos líderes do Centrão, tudo isso ocorre porque há um grupo de parlamentares que está mais atento às matérias que estão sendo votadas e outro grupo, maior, que aguarda o momento da votação para se informar sobre cada tema. Apesar das divergências ideológicas entre Roberto Jefferson e o deputado José Genoíno (PT-SP), este também considera que os erros ocorrem em razão do desprezo com que são encaradas por muitos parlamentares as discussões que antecedem a votação.

REDE

Jefferson afirma que, no plenário da Constituinte, coordena um grupo de dez parlamentares. Cada um deles orienta três outros que, por sua vez, controlam nove companheiros, totalizando uma rede de nada menos que 310 parlamentares sob seu comando. Explica ainda que em todos os dias em que há votação ele se reúne pela manhã com os dez coordenadores e 30 subcoordenadores para organizar sua atuação no plenário e montar a

tática do dia. Dentro dessa tática, discutem desde o local onde cada parlamentar irá sentar-se — eles preferem ocupar as extremidades de fileiras para influenciar toda a fila — até a forma de minimizar a ação dos adversários. O líder do Centrão afirma que o esquema funciona perfeitamente.

Com essa opinião, entretanto, não concorda seu companheiro Daso Coimbra (PMDB-RJ), que deu sua versão do que ocorreu na votação do regimento interno: "O Roberto Jefferson teria oito coordenadores e o Bonifácio de Andrada (PDS-MG) ficaria gritando as questões de ordem. Mas, na hora 'H', o esquema dos coordenadores não funcionou e ficou só ele caminhando, de cadeira em cadeira, nas fileiras da frente e eu nas de trás do plenário, dizendo aos nossos companheiros 'agora vamos votar não'".

Daso acredita ser impossível montar qualquer esquema para votações antes da próxima quarta-feira e diz que só depois da apresentação das emendas, cujo prazo se encerra nesse dia, serão definidos os passos seguintes: havendo emendas coletivas, será dado um encaminhamento. Não havendo, o Centrão deverá tentar angariar outros votos, buscando uma posição conciliatória com parlamentares de outros partidos.

Segundo ele, o esquema de orientação deu certo durante o funcionamento da Comissão de Sistematização, quando os deputados Eraldo Tinoco (PMDB-BA) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) destacaram-se na conquista de votos, colocando-se em lugares estratégicos e tornando-se pontos polarizadores da atenção dos demais constituintes.

ESQUERDA

Deputados que não sabem muito bem o que votar, como votar e o que está sendo votado são uma verdadeira raridade dentro das esquerdas. Como esses partidos — PT, PDT, PCB e PC do B — são formados por parlamentares que têm posição ideológica bem definida e lutam com unhas e dentes para conquistar um ou outro ponto de seu interesse, estão sempre atentos. Às vezes, tentando até confundir os parlamentares de outros partidos, como informa o deputado José Genoíno: "O nosso é um voto de consciência, mas tenta-

mos ganhar qualquer outro. Nesse jogo de perde-ganha, até mesmo votos por engano são bem vindos".

O episódio ocorrido com o senador Albano Franco ilustra bem a turbulência das votações. Ele acabava de chegar ao plenário e não sabia qual a emenda que estava sendo votada. Perguntou aos parlamentares ao seu redor como deveria votar e os colegas disseram: "Vota sim. Ah, esquecemos, você vota não...". Ele não pestanejou. Votou sim. A emenda que estava em pauta era a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo, defendida pelos xiltas, mas rejeitada por seu grupo. O que lhe valeu, de imediato, uma decompostura pública passada pelo deputado Francisco Dornelles (PMDB-RJ) e uma sonora ovação por parte dos parlamentares do PT.

Presente em toda e qualquer sessão, durante todo o tempo, o deputado José Genoíno afirma que o erro decorre do fato de os deputados não valorizarem a discussão que precede a votação. Isso leva, em sua opinião, a falhas por falta de domínio do conteúdo das matérias. Outro tipo de erro na votação por ele apontado decorre do desconhecimento do regimento que, afirma, não é neutro "e o parlamentar tem que ler, para saber utilizá-lo convenientemente".

Genoíno, porém, não acredita que essas pequenas e freqüentes falhas na votação alterem decisivamente qualquer ponto da futura Constituição: "Quando as questões são importantes, os líderes orientam seus grupos, a imprensa divulga como cada grupo irá votar e o parlamentar, ainda que não domine com profundidade o tema, sabe se deve manifestar-se a favor, contra, ou abster-se de votar".

Já o desconhecimento, por grande parte dos parlamentares, do correto funcionamento do processo legislativo, é em parte responsável pelo enorme poder exercido por alguns chefes de gabinete que, lidando com esses trâmites mais diretamente, passam a ter um papel fundamental dentro do esquema de conquista de votos. O que diferencia um destaque de uma emenda, por exemplo, é uma questão que pode confundir um bom número de constituintes — que, por sinal, acabaram de votar o regimento interno onde, além dessas questões, estão outras ainda mais complexas.

Emendas à Constituição já são 476

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com as duas emendas ao projeto de Constituição entregues de manhã pelo senador João Castelo (PDS-MA), 476 haviam sido apresentadas até o meio-dia de ontem. Dos 165 constituintes que já apresentaram emendas, apenas 75 esgotaram a cota de quatro estabelecida pelo regimento nessa fase. Funcionários do setor de recepção de emendas acreditam que um grande número de propostas será encaminhado na quarta-feira, 13, último dia do prazo.

A emenda nº 476 de João Castelo propõe anistia fiscal a todos os que estiverem em débito com as Fazendas federal, estaduais e municipais, de natureza previdenciária ou tributária, até a data de promulgação da Constituição. Pela emenda, a dívida poderá ser paga de uma só vez, pelo valor monetariamente corrigido, sem multas ou juros de mora, dentro de 120 dias contados daquela data. A outra emenda, de nº 475, apenas troca a palavra "qualificações" por "prerrogativas", no parágrafo 9, artigo 6, do Capítulo I, Título II, ficando: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, observadas as prerrogativas profissionais definidas em lei".

Nenhuma das chamadas emendas coletivas, que exigem a subscrição de pelo menos 280 parlamentares, havia sido apresentada até ontem. Elas devem mesmo ficar para o dia 13, devido à dificuldade em recolher as assinaturas.

Para Afif, o PMDB quer adiar eleições

Existe um golpe em marcha envolvendo os grupos do PMDB que lutam por um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, entre eles o que se convencionou chamar de histórico. Esses grupos aceitariam mudar posição e aderir à tese dos cinco anos, desde que houvesse uma recompensa, tal como a introdução de um sistema mitigado de parlamentarismo, isto é, uma mistura de presidencialismo com parlamentarismo. Essa proposta atenderia inclusive ao grupo do deputado Ulysses Guimarães, já que o sistema híbrido de governo foi apresentado por um dos assessores de Ulysses, o advogado paulista Miguel Reali Júnior.

A denúncia foi feita ontem em São Paulo pelo deputado Guilherme Afif Domingos, favorável aos quatro anos e que alertou a população para o andamento do golpe. "A sociedade", disse o deputado do PL, "deve ficar alerta contra a gestão da trama. Além disso, o PMDB evitaria enfrentar eleições numa época de vacas magras." Os grupos dos quatro anos aceitaria a tese dos cinco, dentro do PMDB, desde que o partido tomasse as rédeas do governo através do parlamentarismo mitigado, em que o primeiro-ministro dividiria as decisões do governo com o presidente da República. "A tese é boa para todos os grupos do PMDB e atenderia, por exemplo, a políticos como os senadores José Richa, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, todos sonhando em ser primeiro-ministro", afirmou Afif.

O deputado denunciou ainda o retrocesso que pode representar ao

País a política dos governadores. "Nada no PMDB está sendo feito sem que não tenha de passar pelo ciclo dos governadores. Estamos ameaçados de voltar ao que era antes de 30, quando Rui Barbosa fez a campanha civilista para acabar com o uso violento da máquina dos governadores e eleições ganha no bico da pena", disse o deputado.

"A política dos governadores hoje é a política do PMDB", acrescentou. "Dela sairá o projeto oficial de sucessão de Sarney." Para Afif, a política do ciclo dos governadores, que gera o projeto oficial da sucessão, está obrigando o PFL a entrar em cena como coadjuvante, através do comando do ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães. O deputado declarou que o PFL fisiológico não dialoga com o PMDB histórico, mas conversa com o PMDB oficialista "onde desmonta a figura do governador Orestes Quêrcia".

"Então", disse Afif, "o pólo Antonio Carlos Magalhães/Orestes Quêrcia começa a crescer em direção à sucessão presidencial, caso falhem todas as tentativas de proteção do mandato do atual presidente." O deputado do PL esclarece que não se refere ao ministro das comunicações e ao governador de São Paulo como pessoalmente postulantes à Presidência, mas como os dois principais articuladores para que Sarney desempenhe um mandato de cinco, e não de quatro anos. Afif, contudo, conclui dizendo que o tempo de duração do mandato de Sarney está na dependência do comportamento da população. "Se o povo não se mexer, dá cinco anos; se o povo gritar, dá quatro."

Deputado sugere extinção das PMs

"Estão extintas as polícias militares. Seus efetivos serão integrados ao policiamento civil". Essa é a emenda simples e direta que o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) vai apresentar, depois de amanhã, com o apoio do Centrão. Justificando sua proposta, o deputado disse estar muito preocupado com o que chama de "guerra entre as duas polícias" e acha que há tempo de impedir, através de norma constitucional, que isso continue acontecendo.

O conflito de atribuição entre os membros das polícias civil e militar também preocupa o presidente da Associação de Delegados de Polícia de São Paulo, Abrahão Kfoury Filho, que já comandou o policiamento civil em São Paulo. Para ele, a unificação pode ser realizada "sem prejuízo para nenhuma das instituições".

Não é a primeira vez que a proposta

de unificação das polícias passa pela Constituinte. Outras iniciativas desse tipo mobilizaram os comandos das PMs de praticamente todos os estados, logo no início dos trabalhos. Eles formaram um lobby contra a unificação que até agora mostrou-se imbatível. "Muitos comandantes ficam a semana inteira em Brasília", atesta Roberto Jefferson. Apesar disso, o deputado demonstra otimismo, dizendo: "Vou convencer o Centrão a acolher minha emenda".

Por outro lado, o comandante da Polícia Militar paulista, coronel Wilson Corrêa Leite, não esconde as pressões de seu grupo sobre os constituintes. Ele admite vitória na Constituinte, lembrando que se conseguiu manter, além das patentes, a hierarquia e o status da corporação. "A Constituinte tem se mostrado conservadora no âmbito da

segurança", diz o coronel. O grupo de "lobistas" contra a unificação é assessorado nos trabalhos constituintes pelos deputados Ricardo Fluzza (PFL-PE) e Paulo Ramos (PMDB-RJ).

O deputado Roberto Jefferson acredita que a permanente crise entre os órgãos de segurança só prejudica a população. Ele considera, ainda, que os gastos em segurança seriam reduzidos com a extinção das PMs porque "um quartel custa seis vezes mais que uma delegacia". Para Jefferson, a PM tem um custo altíssimo, também, porque "a mordomia é muito grande". Ele acha que não pode haver bom policiamento quando há "guerra" entre duas instituições policiais, dizendo que, às vezes há até troca de tiros entre membros delas na periferia, geralmente em morros do Rio.